



SE 05. Gênero e sexualidade: conservadorismos, violências e ativismos

Isadora Lins França (Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Sérgio Luis Carrara (Instituto de Medicina Social) - Coordenador/a, Jacqueline Moraes Teixeira (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap) - Participante, Ronaldo Romulo Machado de Almeida (Unicamp) - Participante, Vanessa Jorge Leite (Instituto de Medicina Social UERJ) - Participante, Juliana de Farias Mello e Lima (Pagu (Unicamp)) - Participante, Roberto Efrem Filho (Universidade Federal da Paraíba) - Participante, Paulo Victor Leite Lopes (UFRN) - Participante, Maria Filomena Gregori (UNICAMP) - Debatedor/a, Carla de Castro Gomes (Pesquisadora) - Participante, Mario Felipe de Lima Carvalho (UFRJ) - Participante, Regiina Facchini (Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp) - Participante, Júlio Assis Simões (Universidade de São Paulo) - Debatedor/a

Na esteira de simpósios organizados em RBAs anteriores (2012, 2014, 2016) pelo Comitê de Gênero e Sexualidade da ABA, este SE discute a reação conservadora, que tem como um dos pontos centrais de articulação a crítica aos conceitos de gênero e de sexualidade, bem como as propostas políticas que, buscando promover a cidadania de diferentes categorias sociais, deles emanam ou neles se enredam. Se, de um lado, essa reação ameaça a agenda que, nos últimos vinte anos, vem sendo construída por ativistas e militantes em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. De outro, em seu matiz profundamente essencialista, contesta o próprio conhecimento que, em larga medida, caracteriza a antropologia contemporânea e que pode ser considerado seu incontestável legado às ciências humanas e sociais. A primeira sessão dar continuidade ao debate sobre religião e conservadorismos, apontando para as diferentes convenções e moralidades relacionadas a gênero e a sexualidade no campo religioso e para sua diversidade interna. Em seguida, abordaremos o cenário no qual a violência não apenas é perpetrada, mas também administrada pelo Estado, em arranjos que interpelam diferencialmente os sujeitos na medida em que gênero e sexualidade articulam-se a outras categorias. Na terceira sessão, a reação conservadora disputa espaço e convive com a emergência de novos sujeitos e novas formas de organização política que situam gênero e sexualidade como arenas de intensa transformação nos nossos dias.

"Maria da Penha como Maria Madalena": algumas respostas evangélicas para violência de gênero

Autoria: Jacqueline Moraes Teixeira

A emergência da Lei 11.340/06, lei "Maria da Penha" que criminaliza a violência doméstica aparece como diretriz fundante de inúmeros projetos desenvolvidos por igrejas evangélicas. Trata-se aqui de um exercício comparativo acerca de três projetos de alcance nacional desenvolvidos por três igrejas evangélicas. Meu objetivo é pensar a partir dos materiais produzidos pelos projetos, a produção civil de uma noção de conversão que se baseia no reconhecimento jurídico da condição de sofrimento. Categorias como denúncia e



divórcio se desenham como um caminho para o aprendizado de uma relação heterossexual saudável, um estágio rumo a conversão. A concepção de afetividade saudável a partir de uma pedagogia que visa o cuidado de si tornam-se linguagens substanciais de produção de um sujeito que deve afastar-se da condição jurídica do sofrimento para assumir o relato público como crente civil.

A renúncia da mãe: sobre gênero, violência e práticas de Estado

Autoria: Roberto Efrem Filho

A figura da 'mãe' tem oportunizado importantes debates nas ciências sociais. Seja ressaltando a sua relevância nas formulações de políticas públicas, seja enfatizando a sua mobilização em meio a 'lutas por justiça', interessantes works vêm localizando a 'mãe' no interior de conflitos sociais e práticas de Estado em que gênero e sexualidade aparecem como linguagem. Pouco temos pensado, contudo, sobre a renúncia dessa figura: e quando uma mãe recusa a 'mãe'? Neste texto, pretendo explorar essa renúncia e suas implicações em certas práticas de Estado e violência. Para isso, valho-me da análise das narrativas de Marcela sobre a sua conturbada relação com Ricardo, seu filho, um adolescente de 14 anos que a espancou e ameaçou de morte. Decidida a desistir do filho, Marcela se deparou, porém, com um Promotor de Justiça que ameaçou processá-la em razão da sua recusa em cuidar de Ricardo.

Fronteiras e contaminações identitárias a partir do ativismo trans brasileiro: cada um no seu quadrado?

Autoria: Mario Felipe de Lima Carvalho

Este work aborda a construção de identidades políticas no movimento trans ao longo da última década no Brasil. Reúno diferentes materiais etnográficos a fim de localizar as transformações em tais construções. Assim, é possível perceber que as dissidências nas expressões e/ou identidades de gênero encarnadas por tais ativistas não se configuram como um arco de compreensão suficiente para as injustiças e desigualdades sociais sofridas. A produção de solidariedade através do reconhecimento recíproco depende do acionamento, intencional ou não, de outros marcadores sociais como classe, raça/cor, geração e regionalidade. Esse cenário aponta, então, para uma reflexão sobre as trilhas que a chamada 'explosão identitária' vem tomando. Quais as disputas de projeto político subjacentes a esse processo?

Meu corpo, minha bandeira: coreografias e identidades no feminismo brasileiro

Autoria: Carla de Castro Gomes

O objetivo desta comunicação é discutir a construção do corpo nos protestos da Marcha das Vadias sob duas óticas. A primeira, se refere ao corpo como repertório. O elemento mais distintivo da Marcha das Vadias é a sua aposta em um frame de transgressão, relegando a segundo plano o frame vitimário que costuma dar o tom das ações feministas contra o estupro e a violência contra a mulher no Brasil e no mundo nas últimas décadas. O corpo e as emoções, transformados pelas ativistas em artefatos políticos, desempenham importante papel nos repertórios do frame de transgressão. A segunda, se refere ao corpo como um desencadeador de contestações e conflitos identitários no interior do campo feminista. Aqui, o corpo é acionado na construção de fronteiras entre diferentes atores políticos e agendas, mas também funciona como um veículo que borra essas mesmas fronteiras, tornando-as sempre fluidas.

Ordem, progresso, fuzil e pé na porta: analisando violências de gênero em contextos militarizados

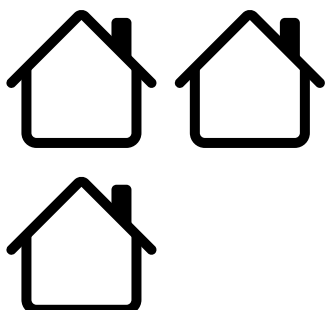
Autoria: Juliana de Farias Mello e Lima



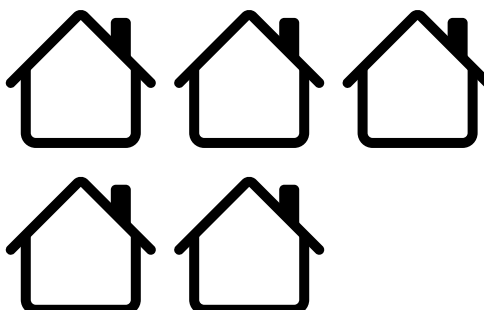
A partir do projeto "Violências de gênero, violações de Estado: Um estudo sobre formas de governar territórios e corpos", trago para o debate ideias pautadas por situações nas quais a violência institucional está ancorada na imaginação da nação como masculina, como nos ensina Veena Das. Persigo uma pista analítica que aponta para um entrelaçamento profundo entre a violação do direito à vida e outras violações perpetradas por agentes de estado que em geral são consideradas menores (seja pelo campo de estudos da violência, seja por organizações de direitos humanos ou coletivos que lutam pela desmilitarização). A pesquisa, em desenvolvimento, prioriza situações de violência institucional que atingem corpos femininos ou feminizados e, majoritariamente, negros de pessoas que habitam periferias urbanas em contextos de operações ou ocupações militarizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.



Realização:



Apoio:



Organização:

